

## **POR ENTRE OFICINAS, RENDAS E PESCADOS: A ATUAÇÃO DA CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA NO CARIRI PARAIBANO**

Dayane Nascimento Sobreira

Universidade Federal da Paraíba - [dayanesobreira26@gmail.com](mailto:dayanesobreira26@gmail.com)

*“Olê mulé de lá, olê mulé daqui  
Vimos celebrar a mulher do Cariri*

*A mulher do Cariri sabe se valorizar  
Conhecendo seus direitos, nunca deixa de lutar  
Organiza as mulheres, melhorando a produção  
Mulher organizada não precisa de patrão”*

**RESUMO:** Com 26 anos de história, a Cunhã Coletivo Feminista nasceu como desdobramento de grupos feministas anteriores e se projeta como uma das principais instituições formadoras da visão de gênero para outras organizações e movimentos na Paraíba. Dentre esses movimentos, o de mulheres trabalhadoras rurais do Brejo e mais recentemente, o de mulheres rurais do cariri ocidental. Nesse sentido, visamos apontar traços da trajetória de atuação do coletivo nesse território entre os anos de 2002 e 2016. Trabalho que se inicia junto ao Projeto Dom Helder Câmara e que se consolida com apoio de organizações nacionais e internacionais como a Petrobrás e a Concern Universal. Nosso objetivo é marcar pelo olhar da História o protagonismo da Cunhã no cariri, apontando sua contribuição para o empoderamento, autonomia e auto-organização das mulheres que distribuídas em diferentes cadeias produtivas, passaram a ocupar o cenário público seja incidindo sob as políticas públicas ou mostrando o valor dos seus trabalhos e de sua cultura. Faremos uso de textos, cartilhas, entrevistas, vídeos, projetos e fotos, que em conexão aos diálogos travados com Oliveira (2006), Paulilo (2004) e outros/as, permitiram fiar apontamentos dessa história que tomará mais fôlego quando da conclusão de minha dissertação de mestrado, ora em andamento. Dessa forma, esperamos contribuir com a história e memória do coletivo ao mesmo tempo que traçamos uma história do protagonismo feminino no cariri e do movimento feminista no Estado, elencando suas relações e a elaboração de estratégias de convívio com o semiárido e com o machismo, na tentativa de erradicá-lo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cunhã Coletivo Feminista; História; Cariri Ocidental.

Esse trecho da música “Mulher do cariri”, de autoria de Vera Lima, como versão da eternizada “Mulher rendeira”, foi cantada na mobilização do dia 13 de março de 2014 na cidade de Monteiro-PB. A letra ressalta o caráter organizativo e perseverante das mulheres rurais do cariri

paraibano em sua diversidade: agricultoras, artesãs, rendeiras, pescadoras... Participantes de projetos de ONGs feministas presentes na região desde 2002 e que celebravam sua coragem e a luta por direitos na comemoração do dia internacional da mulher<sup>1</sup>.

A Paraíba apresenta um longo histórico de lutas de mulheres. Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Penha Nascimento plantaram um feminismo primeiro, endoçado pela atuação de professoras vindas de outras partes do país e do exterior, ajudando a fundar os primeiros grupos feministas do Estado entre as décadas de 1970 e 1980. Do Grupo Maria Mulher, passando pelo Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Sertão Mulher, Grupo Raízes e Coletivo Lilás, chega-se à década de 1990, com a emergência das ONGs em várias partes do Brasil. Aqui e em se tratando de feminismo, emergiram a Cunhã Coletivo Feminista e o Centro da Mulher 8 de Março, ainda hoje irradiadoras das problemáticas e pautas do movimento feminista no Estado.

Cunhã, do tupi: *mulher*, foi o nome dado à instituição que reunia integrantes dos grupos anteriores e que tão logo recebeu apoio financeiro da OXFAM e dividiu suas atividades em eixos. Sendo eles: o núcleo diretoria, o núcleo de metodologia e o núcleo de vídeo. Dentro dos núcleos tinham-se os chamados grupos de trabalho. No projeto de implantação do núcleo de metodologia, lê-se: “A proposta feminista é a de que a mulher esteja atenta para compreender seu papel como mulher e cidadã em seu dia-a-dia, em todos os seus espaços de convivência e crie novas formas de relacionamento que não reproduzam mecanismos de poder e exploração” (*sic*), (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991, p. 11). Nesse sentido, a metodologia feminista pautava-se na fala das mulheres, no relato das experiências vividas, das emoções, na ruptura do silêncio, despertando-as para a consciência política.

Incorporando saberes e técnicas da Psicologia, das artes, da psicanálise, dos movimentos e da educação popular, a metodologia feminista em processo de consolidação exigia a construção de redes alternativas de contato e diálogo. Esse compartilhamento foi realizado com mulheres trabalhadoras rurais do Brejo do Estado que já vinham sendo assessoradas pelos grupos feministas anteriores no processo de consolidação de suas lutas.

No início da década de 1990, porquanto, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo encontrava-se órfão. Maria da Penha Nascimento, liderança do grupo, morreu aos 42 anos junto com a socióloga Elizabeth Lobo em um acidente de carro no qual também estavam as professoras Maria do Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Penha Nascimento iniciara sua atuação no Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Alagoa Grande ao lado de Margarida Maria Alves, que fora

---

<sup>1</sup> Ver: 8 de Março / Mulher do Cariri – Vera Lima, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6RDac5mFUcY>. Acesso em: 14 ago. 2016.

assassinada em 1983, participou da criação da CUT estadual e deixava uma grande lacuna emocional aos companheiros e companheiras de luta bem como ao movimento sindical do Estado. Eis que o movimento feminista da Paraíba se consolidou, portanto, em conexão direta com o movimento de trabalhadoras rurais.

Dos trabalhos iniciais que contavam com formações, realização de oficinas matrizes, trabalho com normalistas e prostitutas, adolescentes e educadores/as populares, o coletivo promoveu campanhas, elaborando diagnósticos, pesquisas e mobilizações que o fez sediar secretarias nacionais como a da Rede Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos e das Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro. Organizou o 13º Encontro Nacional Feminista em 2000 e garantiu sua visibilidade e legitimidade perante a sociedade civil e aos movimentos sociais. A Cunhã mostrava a que veio.

Em 2002, em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março e apoio do Projeto Dom Helder Câmara, iniciou um trabalho de diagnóstico e de acompanhamento de mulheres em assentamentos da Reforma Agrária e comunidades rurais no cariri paraibano. Conforme apresentado no site do PDHC<sup>2</sup>, o projeto é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF. Desenvolve um programa de ações referenciais para o desenvolvimento sustentável do semiárido, buscando garantir a inserção competitiva, não subordinada e o empoderamento de trabalhadores/as assentados/as e agricultores/as familiares na formação, implementação e controle social de políticas públicas. Buscando superar a assistência técnica e extensão rural convencional (ATER), definiu um trabalho amplo que abarcasse vários aspectos da vida rural, tais como o fortalecimento das associações, protagonismo juvenil e a relação entre os gêneros (JALFIM et al, 2008). Com a chegada do projeto na Paraíba, as ONGs feministas Cunhã e Centro da Mulher 8 de Março foram contratadas como parceiras, em uma estratégia de atuação conjunta com equipes de especialistas e mobilizadores/as locais.

Dado o início do trabalho, tão logo foram realizados diagnósticos visando mapear as condições socioeconômicas locais no intento de se ter uma vista panorâmica do território e de sua população. O cariri ocidental da Paraíba, região semiárida constituída pela caatinga, corresponde a uma área de aproximadamente 7.000 km<sup>2</sup> e conforme se leu nos diagnósticos, é marcada pela

---

<sup>2</sup> Ver: <<http://www.projetedomhelder.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2016.

pobreza e por hábitos culturais enraigados. “É caracterizada pela aridez do clima quente e seco, pelas relações históricas de poder expressas na concentração da terra, relações de opressão e consequente subordinação” (OLIVEIRA, 2006, p. 03), o que gera desigualdades cotidianas e situações de exclusão na vida das mulheres e na relação entre os sexos. Mulheres cujas atividades muitas vezes são vistas como extensivas à casa, secundarizadas e não entendidas como trabalho. Nesse cenário de desvalorização e invisibilidade, muitas são as Margaridas, são muitas as Zefinhas.

Zefinha e Margarida são personagens das peças “A vida de Margarida” e “Zefinha quer casar”, encenadas pelo Grupo de Teatro Amador do Polo da Borborema, formado por agricultores, agricultoras, lideranças e técnicos/as do Polo e da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e mostram como os papéis hoje desempenhados por homens e mulheres foram socialmente construídos, gerando desigualdades e injustiças. Margarida é a primeira a acordar, a última a dormir; cuida da casa, dos animais, das plantações, faz a comida. Com a ajuda de sua filha Zefinha, articula tudo para a comodidade de seu esposo Biu e seu filho Tonho. Do que pouco comercializa, Margarida anseia comprar um vestido novo para Zefinha, dinheiro que logo foi destinado ao patrocínio por Biu a um jogo de futebol. Esse trecho, narrado a partir das peças encenadas pelo grupo de teatro amador do Polo da Borborema<sup>3</sup>, bem que pode ser espelho das situações de opressão por qual passam muitas mulheres rurais todos os dias e que deixam marcas de sofrimento e desgaste do tempo em seus corpos.

Mulheres assim, oprimidas, que se sustentam com menos de 50 reais por mês, que trabalham de domingo a domingo sem opções de lazer, que pouco cuidam da saúde e de seus corpos, foram acompanhadas pela Cunchã Coletivo Feminista e Centro da Mulher 8 de Março, entidades referenciais em gênero na Paraíba. Voltado ao trabalho, empoderamento e à autonomia das mulheres do Cariri: “Trata-se de um trabalho pioneiro no território e de fundamental importância para mudanças com relação à participação das mulheres no desenvolvimento local e na quebra das relações desiguais de gênero e de poder presentes nas estruturas políticas, econômicas e culturais da região” (CUNHÃ; 8 DE MARÇO, 2010).

Como citado, desde 2002 visando fortalecer os esforços organizativos de mulheres, essas entidades realizaram diagnósticos prévios visando mapear a realidade das mulheres e das organizações existentes. O objetivo era desenvolver ações junto às trabalhadoras rurais para contribuir na sua organização política e produtiva, no seu empoderamento, na promoção de direitos e na redução das desigualdades de gênero. Em 2003 foi elaborado um diagnóstico socioeconômico

---

<sup>3</sup> Adaptadas em novela, as peças “A vida de Margarida” e “Zefinha quer casar” estão disponíveis em vídeo no sítio: <<http://aspta.org.br/category/videos/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.



que apontou que as mulheres enfrentavam jornadas de trabalho de 10 a 12 horas diárias. A grande maioria (57%) não tinha titulação da terra, mais da metade não fazia parte das organizações sociais (associações, sindicatos) e as que estavam nestes espaços geralmente não compunham as direções. 90% não haviam concluído o ensino fundamental, além da ausência de capacitação técnica para essas mulheres. O estudo envolveu 847 mulheres assentadas pela Reforma Agrária dos municípios de Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Prata e Coxixola, localizados na microrregião do cariri ocidental. “Apesar das adversidades, [essas mulheres] são fortes e corajosas, trazem na sua identidade a capacidade de criar e recriar melhores condições de vida” (RABAY et al, 2004, p. 14).

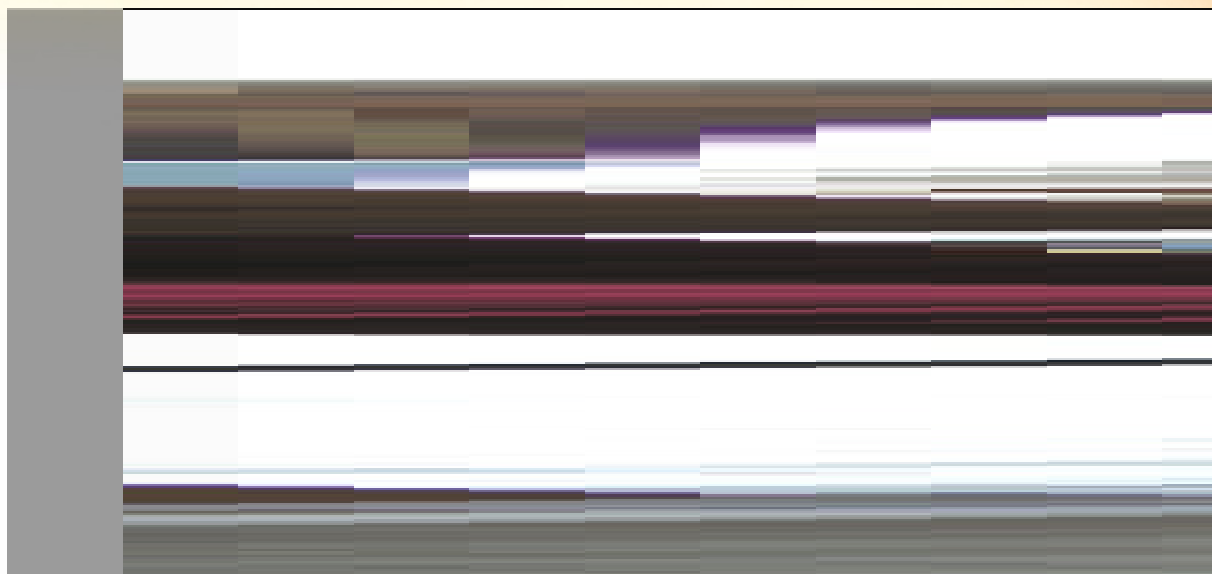
Esse diagnóstico possibilitou a elaboração de estratégias de atuação em quatro eixos: formação, organização, articulação política e comunicação, produção de conhecimento e mobilização social, permitindo o acompanhar do trabalho das mulheres e influência nos espaços territoriais para além das atividades do PDHC. Através de uma proposta de intervenção político-pedagógica feminista, emergiu o projeto “Semeando gênero no cariri paraibano” que intencionava contribuir para o empoderamento das mulheres visando a equidade nas relações de gênero na região como condição para o desenvolvimento sustentável e a conquista da cidadania plena, assim como favorecer o surgimento de organizações de mulheres (OLIVEIRA, 2006).

Desse trabalho, logo se percebeu um aumento da participação das mulheres nas organizações sociais. Segundo dados do segundo diagnóstico, realizado em 2007, cerca de 77% das agricultoras entrevistadas passaram a fazer parte de alguma organização, com destaque para as associações (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, s/d). Soraia Jordão (2015), coordenadora executiva da Cunhã, rememora que concomitante a esse trabalho temático de assessoria técnica ao PDHC, a instituição realizou um projeto de prevenção do câncer de mama com apoio do Instituto Avon. Com apoio também da Secretaria de Saúde do Estado, voltou olhares para a prevenção, o cuidado com o corpo e a saúde das mulheres. Conta que esse projeto a tocou profundamente. Assim diz:

Percebi que não seria possível falar de Câncer de Mama sem narrar parte da minha história que começa nos anos 80, quando recebi a notícia que minha mãe estava doente. Na época, a “doença” não era mencionada diretamente como câncer de mama (...). Minha mãe era uma mulher do Cariri paraibano. Anos depois, me encontro como profissional desenvolvendo práticas preventivas com esta temática com mulheres da região (...). Diferente dos anos 80, atualmente existem projetos e práticas específicas para a prevenção de câncer de mama junto às mulheres rurais do Cariri (ALMEIDA [JORDÃO], 2009, p. 24-26).

Como lembra-nos Maria Lúcia Oliveira (2006), a realidade das mulheres rurais traz opressões bastante específicas que geram desafios tais como a dificuldade de acesso à terra, a secundarização do trabalho na agricultura, pouca autonomia e gerenciamento dos recursos econômicos. Há uma histórica relação que bipolariza o trabalho das mulheres x trabalho realizado por homens, ou seja uma distinção entre trabalho produtivo x trabalho reprodutivo. Paulilo (2004) e Schottz et al (2015) pontuam que o trabalho realizado por mulheres é culturalmente classificado como leve, muitas vezes ligado ao afeto, com pouco valor e visibilidade, aproximando-o de um não trabalho. Em um outro polo bem distinto, o trabalho que gera bens e produtos com finalidade comercial e econômica. Daí o potencial transformador da Agroecologia, em que a mulher é figura central na manutenção de tal projeto.

Do trabalho em parceria com a Avon e Secretaria Estadual de Saúde, foram realizadas várias oficinas de sensibilização com representantes dos 12 assentamentos do cariri ocidental e 22 comunidades rurais mapeadas e que se pautaram nos temas do conhecimento do corpo, sexualidade, prevenção e na provocação de debates sobre o resgate de ervas medicinais, das chamadas farmácias vivas (BEZERRA; SOUSA, 2009). Nesse trabalho, foi dada ênfase ao uso de métodos anticoncepcionais, ao abortamento e na prevenção da morte materna. Dados de 2007 mostraram que 44,2% das mulheres com vida sexual ativa, fez ligação de trompas para evitar a gravidez, 28,5% toma a pílula anticoncepcional, 6,4% declararam fazer uso da camisinha masculina e 3,5% usavam o método da tabelinha. Dessas escolhas, a maioria é feita por responsabilidade das mulheres. Percebe-se que o homem se ausenta do processo de prevenção, sobrecarregando a mulher com a carga de responsabilidade sob uma possível gravidez. O aborto também foi uma realidade presente. Como dizem Rabay e Oliveira (2009), em 2004, 31% das mulheres declararam ter passado por algum tipo de abortamento; em 2007, 27,3%. As causas, as mais diversas: por provocamento, susto, medo, desejo não realizado, fraqueza, falta de orientação, anemia, desnutrição. “Uma mulher declarou uma pancada e outra afirmou que o aborto ocorreu em virtude de uma surra, numa demonstração da presença da violência doméstica na vida dessas mulheres” (Idem, p. 23). Mulheres rurais, vítimas de um sistema patriarcal ainda mais arraigado no campo, nas relações tradicionais de mando e submissão.



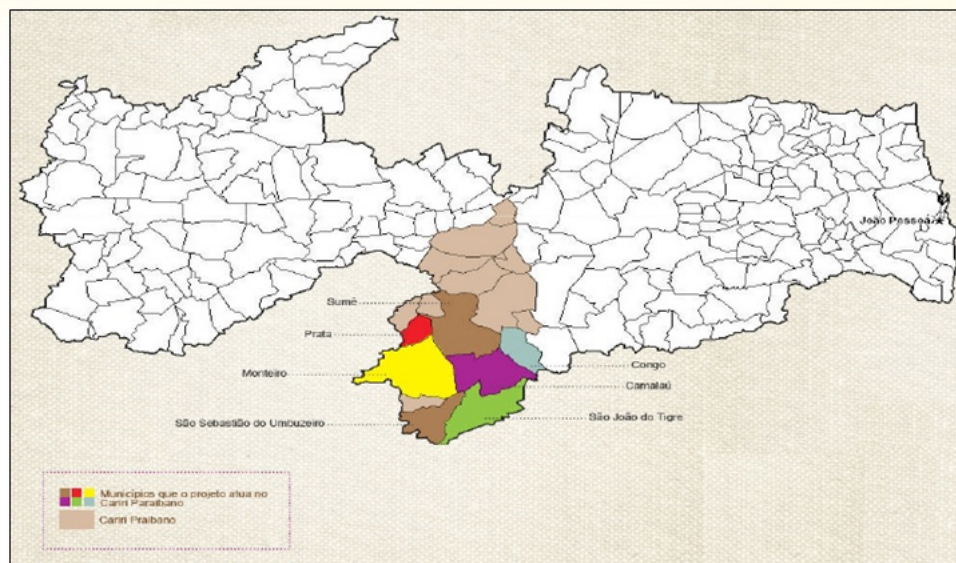
**1.0.** Oficina com mulheres da Associação de Resistência das Rendeiras (ARCA) na comunidade Cacimbinha, em São João do Tigre-PB (2009). Arquivo da Cunha Coletivo Feminista.

Natural da cidade do Congo-PB, com alegria e com marcas da memória, Soraia Jordão retomou à terra natal com mais frequência, consolidando um trabalho que tomou proporções grandiosas a partir de 2012 com a aprovação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano” que contou com apoio da União Europeia e Concern Universal e posterior “Mulheres produzindo renda e gerando saberes”, com apoio da Petrobrás, quando além do Cariri alargaram o trabalho também para o município de Pitimbu-PB, no litoral sul.

Esses projetos responsáveis por capacitar o trabalho das mulheres sob a máxima “trabalho de mulher tem valor dentro e fora de casa”, colaboraram no fortalecimento de grupos produtivos de mulheres potencializando a autonomia econômica e maior participação dessas mulheres em organizações e em suas comunidades. “Autonomia para mim é ser livre”, disse Arlene Barros, presidente de uma das associações de rendeiras do município de São João do Tigre-PB<sup>4</sup>. Além da renda, outros grupos produtivos são do artesanato, da pesca, das hortas e vassouras ecológicas. Dentre as muitas formações, as que passavam pela subjetividade e preparação para beneficiamento e qualidade dessas cadeias produtivas, em um incentivo à economia solidária.

---

<sup>4</sup> Ver: Caminhos da autonomia (vídeo-sistematização do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano”), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmfHU67ojWk>>. Acesso em: 30 set. 2015.



2.0. Mapa de atuação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano” (2012-2014).

Atuando portanto, no fortalecimento da auto-organização política e produtiva de grupos de mulheres rurais, no enfrentamento à pobreza e às desigualdades de gênero, o projeto “Autonomia” foi sucedido em 2014 pelo “Mulheres produzindo renda e gerando saberes”, que alargou as atividades para o trabalho com marisqueiras da praia de Acaú, em Pitimbu-PB. A ação foi viabilizada visando articular a igualdade de gênero, a vida das mulheres, renda e meio ambiente. Dessa experiência piloto com marisqueiras, as demandas de estruturação da sede da associação e a organização e comercialização estratégica do marisco (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2016). Concluído em 2016, o projeto teve apoio da Petrobrás.

Acompanhando grupos produtivos, a Cunhã seguiu então espalhando gênero, saúde e empoderamento que depois se consolidou de forma mais sistemática e obteve repercussão internacional. As mulheres do cariri vestiram-se de autonomia, chegando a desfilarem nas passarelas da São Paulo Fashion Week, em 2015. Em 2014, foram premiadas como uma das 30 ações que geraram impactos para a maior igualdade nas relações de poder e de gêneros, do prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM / Brasil). Desenvolveram estratégias de convívio com o semiárido, gerando renda, diversidade alimentar e valorização da cultura. Esses são apenas alguns apontamentos sobre a história recente da Cunhã Coletivo Feminista, ONG sediada na cidade de João Pessoa-PB, suas articulações e atuações. A partir de minha pesquisa de dissertação, ora em andamento, pretendo elencar mais traços dessa trajetória intrínseca à das mulheres rurais do Estado.



Do Brejo ao Litoral, do Litoral ao Cariri, a história da Cunhã se faz a partir dessa relação e da coragem de ressaltar aquilo que disse Fátima Mota, pescadora de Camalaú-PB: “a força da mulher, a experiência que ela tem de pensar e criar”<sup>5</sup>.

\*\*\*

## **FONTES**

### *Vídeos*

8 de Março / Mulher do Cariri – Vera Lima (vídeo da mobilização do dia 08 de março realizado em Monteiro-PB), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6RDac5mFUcY>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

Caminhos da autonomia (vídeo-sistematização do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano”), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmfHU67ojWk>>. Acesso em: 30 set. 2015.

### *Imagens*

Oficina com mulheres da Associação de Resistência das Rendeiras (ARCA) na comunidade Cacimbinha, em São João do Tigre-PB (2009).

Mapa de atuação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano” (2012-2014).

### *Textos*

ALMEIDA [JORDÃO], Soraia. Um olhar feminista sobre a prevenção do Câncer de Mama. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

BEZERRA, Elaine; SOUSA, Mauricélia. Saúde da Mulher Rural: aspectos de uma experiência. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

RABAY, Glória de Lourdes Freire [et al]. **Mulher, pobreza e teimosia**: as mulheres nos assentamentos da Reforma Agrária no semiárido do Cariri paraibano – diagnóstico socioeconômico. João Pessoa: Cunhã/ 8 de Março/ PDHC/MDA, 2004.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Maria Lúcia L. de. Aborto: uma realidade presente – contracepção e abortamento na vida das mulheres trabalhadoras rurais do Cariri paraibano. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

---

<sup>5</sup> Ver: Caminhos da autonomia (vídeo-sistematização do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano”), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmfHU67ojWk>>. Acesso em: 30 set. 2015.

## Outros

CUNHÃ; 8 DE MARÇO. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Organização de Mulheres:** colhendo produção no Cariri paraibano. 10 p. Cartilha elaborada para divulgação do projeto Semando gênero no semiárido paraibano. 2010.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. **Apresentação do diagnóstico - INSA:** Mulheres, trabalho e autonomia econômica no Cariri paraibano. s/d. 38 slides.

\_\_\_\_\_. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Do Cariri ao Litoral as mulheres fazem suas próprias histórias.** 11 p. Folder elaborado para sistematizar resultados do projeto “Mulheres produzindo renda e gerando saberes”. 2016.

Projeto de Implantação da Área de Metodologia da Cunhã Coletivo Feminista, 1991.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Soraia Jordão Almeida.** Entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015 (1h e 43min).

## REFERÊNCIAS

JALFIM, Felipe [et al]. Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semiárido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Agriculturas**, Rio de Janeiro / Holanda, v. 5, n. 4, 2008. (mimeo).

OLIVEIRA, Maria Lúcia L. de. Feminismo, relações de gênero e educação no cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do semiárido paraibano. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7, 2006, Florianópolis-SC. **Anais...** Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria\\_Lucia\\_Lopes\\_de\\_Oliveira\\_06.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Lucia_Lopes_de_Oliveira_06.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 1, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2004000100012/869>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SCHOTTZ, Vanessa [et al]. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia. **Agriculturas**, Rio de Janeiro / Holanda, v. 12, n. 4, 2015. Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas\\_V12N45-Artigo8.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas_V12N45-Artigo8.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

